

**ATUAÇÃO DOS AGENTES PRIVADOS EM REDES DE ENSINO PÚBLICAS
MUNICIPAIS DA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARANÁ**

**PERFORMANCE OF PRIVATE AGENTS IN MUNICIPAL PUBLIC EDUCATION
NETWORKS IN THE SOUTHEAST MESORREGION OF PARANÁ**

**DESEMPEÑO DE AGENTES PRIVADOS EN REDES MUNICIPALES DE
EDUCACIÓN PÚBLICA EN LA MESORREGIÓN SURESTE DE PARANÁ**

SAKATA, Kelly Leticia da Silva

E-mail: kelly.l.sakata@hotmail.com

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
<https://orcid.org/0000-0003-4176-0412>

LIPSUCH, Graciele

E-mail: gracielelipsuch@outlook.com

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
<https://orcid.org/0000-0001-9318-116X>

Michelle Fernandes Lima

E-mail: mflima@unicentro.br

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
<https://orcid.org/0000-0003-0896-4747>

RESUMO A partir de análise documental, o presente artigo objetiva discutir a atuação de agentes privados nas redes públicas municipais de educação da Mesorregião Sudeste do Estado do Paraná, a qual compreende o total de 21 municípios. Para tanto, inicia com a discussão sobre o neoliberalismo e a emergência e atuação dos agentes privados no âmbito público, indicando algumas especificidades postas na esfera administrativa municipal. Em seguida, indica o percurso da pesquisa e caracteriza a mesorregião supracitada, identificando os agentes privados e analisando esta atuação. Ao final, conclui-se que são 17 iniciativas realizadas por 08 agentes privados na mesorregião, que atuam especialmente em prestação de serviços; oferta de materiais didáticos e pedagógicos; capacitação para professores, gestores e pais; e na disponibilização de sistemas de ensino.

Palavras-chave: Agentes privados. Redes municipais de ensino. Processos de privatização.

ABSTRACT From a documental analysis, this work has as aim at discussing the performance by private agents in municipal education networks in the Southeast Mesoregion of State of Paraná, which is formed by 21 towns. Thereunto, it starts discussing neoliberalism and the emergence and working of private agents in public scope, indicating some specificities of municipal management area. Next, it indicates the research route and characterizes the mentioned mesoregion, identifying the private

agents and analyzing their work. Finally, it concludes that there are 17 initiatives performed by 08 private agents in the mesoregion which work particularly with services provision; didactic and pedagogical materials offering; teachers, managers, and parents training; and by providing education systems.

Keywords: Private agents. Municipal education networks. Privatization processes.

RESUMEN Desde el análisis documental, este artículo tiene el objetivo de discutir el desempeño de agentes privados en las redes públicas municipales de educación de la Mesorregión Sureste del Estado de Paraná, que comprende 21 municipios. Para ello, inicia con una discusión sobre el neoliberalismo y el apareamiento y desempeño de agentes privados en el ámbito público, indicando algunas especificidades del alcance administrativo municipal. En seguida, indica la ruta de investigación y caracteriza la mesorregión supra citada, identificando los agentes privados y analizando su desempeño. Al fin, concluye que son 17 iniciativas realizadas por 08 agentes privados en la mesorregión, que actúan especialmente en prestación de servicios; oferta de materiales didácticos y pedagógicos; entrenamiento para profesores, gestores y padres; y con sistemas de enseñanza.

Palabras clave: Agentes privados. Redes municipales de enseñanza. Procesos de privatización.

1 INTRODUÇÃO

A crise global dos países capitalistas identificada na transição do século XX para o século XXI, segundo Comerlatto (2018), pode ser interpretada em duas vertentes: a que afirma que a crise estatal é devido aos gastos do Estado e providência com políticas públicas; e a outra refere que a crise é inerente ao sistema capitalista, que, constantemente, desenvolve rearranjos em favor do capital. Sob este prisma, corroboramos com esta última análise.

Nesta direção, Peroni (2018a), indica que, com a democratização do Brasil na década de 1980, muitos direitos foram alcançados com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996). No entanto, concomitantemente ocorreu a influência dos setores privados mercantis nas políticas educativas.

Esse movimento acirrou-se na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), no bojo da reforma gerencial. Assim, a relação entre Estado e os setores privados estreitou-se, no âmbito educacional brasileiro, devido ao contexto neoliberal e com a justificativa da baixa qualidade da educação pública (SAKATA;



LIMA, 2020) O setor privado apresenta-se, desde então, como uma solução *salvacionista* para melhorar a qualidade educacional, tendo como referências, resultados postos em avaliações externas.

A reforma estatal foi orientada pelos ideais neoliberais, trazendo o instituto das privatizações, em seu sentido ampliado e com o intuito de diminuir o monopólio e aumentar a competitividade. Sob este prisma, o Estado não é mais o responsável direto pela implementação dos serviços públicos: trabalha em parceria com os agentes privados. Essas parcerias ocorrem por meio “de convênios, consórcios, termos de parceria e contratos de gestão; daí também a intensificação do recurso ao instituto da terceirização para buscar a colaboração de entidades privadas no desempenho de atividades-meios da Administração” (DI PIETRO, 2015, p. 31).

Neste contexto, a partir de pesquisa documental realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação (UNICENTRO/IRATI-PR), o texto em tela objetivou identificar e sistematizar dados sobre os processos de privatização no âmbito das redes municipais de ensino da Mesorregião Sudeste do Paraná, que abrange os seguintes municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, Teixeira Soares, Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, União da Vitória, Antônio Olinto, São João do Triunfo e São Mateus do Sul.

Para tanto, este estudo indica a emergência dos agentes privados no contexto do âmbito público educacional, elencando especificidades sobre a esfera administrativa municipal. Após, localiza a mesorregião supracitada, discorrendo sobre dados dos municípios e indica os agentes privados atuantes neste âmbito educacional, problematizando suas atuações.

2 NEOLIBERALISMO E ATUAÇÃO DOS AGENTES PRIVADOS

Para entender a conjuntura atual, discutimos a emergência do neoliberalismo, posto no contexto histórico em que surge a relação entre o setor público e privado. Assim, entendemos que o neoliberalismo



[...] antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15, grifo dos autores).

O neoliberalismo, entendido como esta racionalidade, emergiu no final da década de 1970 e início da década de 1980. Teve início nos governos de Thatcher e Reagan, respectivamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, posteriormente chegando como uma onda a quase todos os países. Porém, é demasiado simplista supor que os encaminhamentos neoliberais se expandiram de forma global, somente com o poderio dos Estados Unidos. “Os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial têm sido evidentemente um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis” (HARVEY, 2008, p. 09).

Sob esta complexidade, desenvolveu-se uma reestruturação das formas do Estado, bem como das relações internacionais de forma global. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social desenvolvido na época. Deste modo, *O Caminho da Servidão* ficou conhecido como o texto de origem do neoliberalismo, escrito em 1944 por Friedrich Hayek. Na obra, Hayek faz um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. Denuncia a intervenção estatal como uma ameaça letal à liberdade não somente econômica, mas política também.

A interpretação que ocorreu, de forma geral, foi de que o neoliberalismo era, ao mesmo tempo, uma ideologia e uma política econômica. Seu núcleo duro foi identificado como o mercado e entendido como realidade natural. Sob este prisma, o mercado, livre da intervenção estatal, encontraria seu equilíbrio, estabilidade e crescimento, sendo traduzido como a reabilitação do *laissez-faire*. Desta feita, o neoliberalismo poderia ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que geram um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio mercadológico e universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016).

Neste sentido, o neoliberalismo não se resume ao fanatismo e naturalidade da sociedade aos ditames mercadológicos, refere-se

[...] a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal (HARVEY, 2011, p. 16).

Esse projeto possibilitou a entrada do capital em vários âmbitos, assim como na redefinição do setor privado em novas e em antigas áreas de serviços, incluindo a educação. Desta forma, como parte do projeto neoliberal, difundiu-se um conjunto de ideias-chave, tais como: a fragmentação das políticas estatais protecionistas (desregulação, utilizada para facilitar o livre comércio); a implementação de políticas de concorrência (para gerar eficiência); e a privatização de atividades estatais e seu redimensionamento (ROBERTSON; VERGER, 2012).

Desta forma, o neoliberalismo não extingue regras, instituições ou direitos. Ele difunde formas de relações sociais, certas subjetividades. A grande questão é a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. Em outras palavras, a sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros. Os elementos que a compõem reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros (DARDOT; LAVAL, 2016).

Sob este prisma, indica-se a complexidade do neoliberalismo e o entendimento que ele não é resultado de um projeto homogêneo, mas um projeto gerado a partir de correlações de forças distintas, as quais possuem o mesmo objetivo de manter a lógica do capital. Da mesma forma, não é resultado direto de uma doutrina homogênea.

O neoliberalismo provocou mudanças sobre as funções do Estado, que influenciaram a dimensão educacional em diferentes países, sob formas diversas. No geral, houve uma inversão de funções acerca da esfera pública e privada, em que emergiu o discurso de desqualificação da esfera pública e dos direitos sociais. Essas mudanças provocaram a privatização sob vários aspectos e formas da educação, de maneira global.

No contexto atual das políticas educacionais brasileiras, a partir do discurso sobre as vantagens do público não estatal, o “Estado não deixou de ser responsável por oferecer serviços públicos à população, mas se alterou a concretização dessa responsabilidade” (SHIROMA, EVANGELISTA, 2014, p. 23).

Deste modo, a forma de oferta e implementação dos serviços públicos educacionais inclui o terceiro setor. Esse cenário perpassa as transformações do papel do Estado e a emergência de configurações diferenciadas de pensar e desenvolver as políticas e gestão públicas. Neste contexto, emerge um estilo de governar que não se baseia na autoridade, mas na articulação de múltiplos atores, o qual é chamado tanto pela academia quanto por órgãos governamentais nacionais e internacionais de governança.

Sob este prisma, esse termo é polissêmico e utilizado tanto na defesa quanto na crítica do paradigma proposto. Assim, “governança possui versões que se alinham a abordagens gerencialistas, muito frequentes nos textos oficiais de instituições governamentais, e outras que alimentam a análise crítica [...]” (WATHIER; GUIMARAES-IOSIF, 2016, p. 3).

Neste dualismo, compreendemos a correlação de forças em que há uma tensão entre os princípios de justiça social e eficiência pró-mercado. Desta forma, vem se viabilizando, por meio da esfera legal, o incremento de programas e projetos entre os setores público e privado, especialmente no âmbito da gestão educacional.

Esse paradigma emerge no conjunto das propostas incluídas na reforma da década de 1990, com a divulgação do Plano Diretor da Reforma do Estado – PDRAE, então se propaga uma série de normas legais – Emendas Constitucionais – EC nº 14/1996 (BRASIL, 1996) e nº 19/1998 (BRASIL, 1998), Leis do Voluntariado nº 9.608/1998 (BRASIL, 1998), das OS nº 9.637/1998 (BRASIL, 1998) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP nº 9.790/1999 (BRASIL, 1999), com vistas à reforma política e administrativa (VIEGAS, 2019).

Após este período, tem-se a continuidade dessa reforma, apesar da alternância de governo. Como consequência, foi sancionada a Lei nº 11.079/2004 (BRASIL, 2004), a qual institui normas gerais para licitação e contratação de Parcerias público-privadas - PPP no âmbito da administração pública, em todos os âmbitos federativos.

A criação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, aprovado pelo Decreto nº 6.094/2007 (BRASIL, 2007), prevê, em uma das suas diretrizes, a implantação de parcerias na gestão educacional pública. A Lei nº 13.019/2014, que trata do fomento, da colaboração e da ampliação do segmento público não estatal Organizações Não-Governamentais – ONG, associações, fundações, institutos e empresas, estabelece o “regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco” (BRASIL, 2014, página ou [web]).

Atualmente, ao analisar a conjuntura posta na política governamental brasileira, a começar pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), passando pela posse de Michel Temer (2016), e após, com a posse de Jair Bolsonaro (2019), indicamos que a correlação de forças entre os grupos sociais, de forma geral, e entre a esfera público e privada, vem ganhando novos contornos (VIEGAS, 2019; SAKATA, 2018). Portanto, este é um dos motivos para a relevância do artigo em tela.

Outrossim, indicamos que os municípios brasileiros, esfera administrativa, foco da pesquisa realizada, possuem características específicas, que implicam o âmbito da gestão e do financiamento de suas localidades para a realização da política educacional municipal, sendo relevantes para o entendimento da relação entre o público e o privado.

No âmbito educacional, a forma de organização está posta no Artigo 30, VI; e no Artigo 211 da CF/88 (BRASIL, 1988). Este último ressalta que os municípios “organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, definindo formas de colaboração junto à União, os Estados, o Distrito Federal, e atuarão “prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (BRASIL, 1988, página ou [web]). A mesma direção normativa está posta na LDB em vigor, em seu Artigo 11, a qual trata da incumbência referente aos municípios (BRASIL, 1996).

A indicação legal em torno da organização e competência administrativa dos entes federados, no que concerne ao âmbito educacional, passa pela discussão da organização e colaboração entre seus Sistemas de Ensino. Indicamos que o século XIX marca a criação do SNE pelos principais países do globo. Essa organização

intencionava a expansão da Educação Básica e o aumento da qualidade da oferta de ensino às massas populares. Apesar deste movimento, o Brasil não organizou o SNE, principalmente devido ao não compromisso dos governos em ofertar condições de implementação (SARMENTO, 2005; SAVIANI, 2014; SOARES, 2005).

Saviani (2014) indica que o termo *sistema* está para além de um conjunto de elementos de um grupo, no caso, escolas, e existe uma intencionalidade nas ações que remetem ao desenvolvimento de normas próprias, no sentido de desenvolver autonomia aos entes envolvidos. Assim, para existir um sistema educacional, faz-se necessário o preenchimento de três requisitos: intencionalidade (sujeito-objeto), conjunto (unidade-variedade) e coerência (interna-externa); além do acréscimo, na educação sistematizada, e a formulação de uma teoria educacional.

Concomitantemente, observamos uma reestruturação no que concerne às questões de financiamento, principalmente com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, após, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Neste sentido, Bonamino (2012, p. 272) ressalta, nessa reestruturação, a estabilização “[...] da tendência a redesenhar um novo arranjo federativo, derivado da transferência de funções, decisões e recursos educacionais do plano federal para os estados e municípios”. Esse novo arranjo ocorreu no plano vertical, desde a municipalização, na década de 1990; e no horizontal, em 2011, com o Parecer nº 9, indicado por meio de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)¹.

Neste sentido, a solução para o *problema* da gestão educacional na esfera municipal, ocasionada desde a municipalização, com o aumento das matrículas, na visão de Araújo (2012), seriam os novos arranjos, para além das PPP, os quais indicam uma abertura ao empresariado. Assim, na próxima seção, localizamos os

¹ Foi realizada em 2011, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE; e aprovados pelo Parecer nº 9 (BRASIL, 2011). Este recomenda uma forma de colaboração diferente da verticalizada entre União, Estado e Municípios. Indica a colaboração entre os municípios, de forma horizontal e por proximidade geográfica.

agentes que atuam na Mesorregião Sudeste do Paraná, problematizando e analisando esta atuação.

3 OS AGENTES PRIVADOS ATUANTES NAS REDES DE ENSINO PÚBLICAS MUNICIPAIS: EM DESTAQUE MUNICÍPIOS PARANAENSES

Antes de adentrarmos a mesorregião do Paraná, indicamos alguns movimentos efetuados para a realização do artigo em tela. No ano de 2019, o Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão em Educação (UNICENTRO/Irati) deu início a uma pesquisa coletiva, intitulada *Indicadores dos processos de privatização nas redes de ensino municipais da Mesorregião Sudeste do Paraná*.

É importante destacar os caminhos dessa pesquisa coletiva, que se efetivou em algumas etapas. Inicialmente, o grupo dedicou-se no estudo de materiais, artigos, produções acadêmicas voltadas à questão da privatização no âmbito educacional, a fim de compreender os conceitos, processos de privatização, suas formas e características. Partindo desse estudo, o grupo empenhou-se na segunda etapa, que foi o levantamento dos dados, com o objetivo de identificá-los e sistematizá-los. Esses dados referem-se aos agentes que atuam nos processos de privatização no âmbito das redes municipais de ensino da Mesorregião Sudeste do Paraná. Nesta direção, os dados advêm de *sites* das prefeituras, diário oficial, licitações, contratos, portal da transparência dos municípios, e outros meios disponíveis. Posteriormente, os dados foram sistematizados e materializados no presente texto.

O Estado do Paraná está dividido em 10 mesorregiões, e optamos pela análise da Mesorregião Sudeste, pelo maior contato do Grupo de pesquisa com esses municípios. Segundo o Ipardes (2020), essa Mesorregião tem a área territorial de 16 962 121Km², e população estimada de 440.150 habitantes. Compreende um total de 21 municípios, os quais estão divididos em 4 microrregiões: Microrregião Geográfica Prudentópolis, Microrregião Geográfica Irati, Microrregião Geográfica União da Vitória e Microrregião Geográfica São Mateus do Sul. A distribuição dos municípios por microrregião está contemplada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 01 - Microrregiões da Mesorregião Sudeste do Paraná



MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDESTE PARANAENSE			
Microrregião Geográfica Prudentópolis	Microrregião Geográfica Irati	Microrregião Geográfica União da Vitória	Microrregião Geográfica São Mateus do Sul
Fernandes Pinheiro Guamiranga Imbituva Ipiranga Ivaí Prudentópolis Teixeira Soares	Irati Mallet Rebouças Rio Azul	Bituruna Cruz Machado General Carneiro Paula Freitas Paulo Frontin Porto Vitória União da Vitória	Antônio Olinto São João do Triunfo São Mateus do Sul

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de informações do Ipardes (2020).

Segundo o Ipardes (2020), em 2019, o total de matrículas na Educação Básica da Mesorregião analisada foi de 93.538 alunos, com 6.659 matrículas na creche; 10.269 matrículas na pré-escola, 53.077 no Ensino Fundamental; e 15.949 matrículas no Ensino Médio.

A partir do levantamento, foi possível identificar o total de 17 iniciativas de relação entre público e privado nos municípios, bem como a atuação de agentes privados nas redes municipais de ensino em 07 municípios da região estudada, ressaltando que em um mesmo município pode existir mais de uma iniciativa. Esses dados podem ser observados na tabela 01, a seguir, cujos anos de referência foram entre 2018 e 2020.

Tabela 01 - Municípios da Mesorregião Sudeste - PR que contam com a atuação de agentes privados na educação - 2018-2020

Categoria	Município	Quantidade de iniciativas da relação público e privado
Municípios que têm parceria e atuação de agentes privados	Bituruna	1
	Guamiranga	2
	Ipiranga	2
	Irati	2
	Ivaí	5
	Prudentópolis	1
	Rio Azul	4
Total de iniciativas da relação entre público e privado		17

Fonte: Elaborada pelas autoras.



Entendemos como relação entre público e privado todas as iniciativas desencadeadas no âmbito da educação pública com efetiva participação do setor privado, de modo abrangente e em diferentes modos e formas.

Uma das principais fontes de estudo do grupo, que embasaram a pesquisa desenvolvida, foi Vera Peroni (2018) que, por meio de suas pesquisas sobre a privatização da educação, constata:

[...] várias formas de privatização do público: ou através da alteração da propriedade, ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, em que o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece com a propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional (PERONI, 2018b, p. 213).

Nesse sentido, consideramos na pesquisa, todas as iniciativas encontradas no âmbito da relação público e privado na educação. Por meio da identificação dos agentes privados atuantes na Mesorregião Sudeste do Paraná, o Grupo de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação (UICENTRO/IRATI-PR), no processo de andamento da pesquisa, pretende analisar os dados a partir de diferentes frentes de atuação na educação dos agentes privados identificados, seja pela via da gestão, elaboração de currículo, oferta de formação de professores, a atuação de um agente privado específico, compra de sistemas de ensino, e em outros aspectos.

Por meio da verificação dos municípios que contam com a atuação de agentes privados, buscamos identificar quais são esses agentes e em quais municípios especificamente estão atuando. Nesta direção, foram identificados 08 agentes privados com atuação na educação dos municípios da Mesorregião Sudeste, entre eles, a Renova Formação Continuada; o SEFE, a Editora FTD S/A e o Instituto Natura, que estão presentes em mais de um município da mesorregião. A relação de agentes privados e municípios pode ser observada na sistematização do quadro a seguir.

Quadro 02 - Agentes privados por município da Mesorregião Sudeste do Paraná – 2018-2020

AGENTE PRIVADO	MUNICÍPIO
Editora Aprende Brasil	Bituruna
Desafios do Aprender	Ipiranga
Só Letrinhas Editora	Ivaí



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	Rio Azul
Renova Formação Continuada	Ipiranga
	Rio Azul
	Guamiranga
SEFE - Sistema educacional família e escola Ltda	Irati
	Rio Azul
	Guamiranga
Instituto Natura	Irati
	Ivaí
Editora FTD S/A	Prudentópolis
	Ivaí

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A partir desse levantamento, questionamos as especificidades desses agentes privados e em que frentes atuam, que tipo de serviços oferecem, e como podem ser identificados. Nesse sentido, buscamos, de modo geral, caracterizá-los, considerando a principal atividade exercida por cada agente. Para isso, buscamos nos dados levantados, o CNPJ dessas empresas, por meio dos contratos, editais, convênios entre outras fontes, e agrupamos esses agentes privados por atividade principal oferecida, como sistematizado no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Principal atividade dos agentes privados que atuam nos municípios da Mesorregião Sudeste do Paraná – 2018-2020

ATIVIDADE PRINCIPAL	AGENTE PRIVADO
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	Desafios do Aprender
Edição de livros	SEFE - Sistema educacional família e escola Ltda
	Editora Aprende Brasil
Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	Editora FTD S/A
	Só Letrinhas Editora
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	Renova Formação Continuada
	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
Alfabetização	Instituto Natura

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de informações da Receita Federal (BRASIL, 2020).

Para ampliar nossa análise, selecionamos um dos agentes privados com maior atuação nos municípios da Mesorregião Sudeste do Paraná, que é o SEFE - Sistema Educacional Família e Escola Ltda., o qual está presente em 3 municípios: Irati, Rio Azul e Guamiranga, com 4 iniciativas de atuação.



O SEFE faz parte do Grupo Educacional OPET, e trabalha com materiais didáticos, atendimento às escolas, formação continuada de professores, apoio à gestão escolar e aproximação entre família e escola. No quadro a seguir é possível observar especificamente a atuação desse agente privado nos municípios da Mesorregião Sudeste do Paraná.

Quadro 4 – Atuação do SEFE – Sistema Educacional Família e Escola nos municípios da Mesorregião Sudeste do Paraná

Município	Tipo do Ato/ Contrato	Vigência	Valor contrato/ Valor aditivo	Objeto	Link
IRATI	Tipo do Ato: Contrato/ Prestação de Serviços	Vigência 16/03/2017-16/03/2018 Vigência Atualizada 16/03/2021	Valor Contrato: R\$ 1.003.000,00 Valor Aditivo R\$ 1.933.223,40	Contratação de sistema pedagógico de ensino para alunos e professores de Educação Infantil 3, 4 e 5 e Ensino Fundamental 1º e 2º, ano, com treinamento de docentes, fornecimento de material pedagógico e de apoio para os alunos, pais e professores da Rede Municipal de Ensino.	http://transparencia.irati.pr.gov.br:8086/portaltaltransparencia/contratos/detalhes?entidade=1&exercicio=2017&contrato=101
RIO AZUL	Tipo de contrato: Compras	Vigência: 28/01/2019-27/01/2020	Valor ata registro de preços: R\$ 154.128,00	Registro de preços para contratação de sistema pedagógico de ensino para alunos e professores da rede municipal de ensino, educação infantil, incluindo os serviços e o fornecimento de material didático e de apoio para os alunos e para os professores e materiais paradidáticos para os pais, conforme cronograma previsto em calendário escolar, incluindo todas as atividades necessárias compatíveis com a proposta pedagógica aprovado pela secretaria municipal de educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases que deverá ocorrer durante o ano letivo de 2019, com formação de professores e gestores escolares.	http://l2fsistemasweb.com.br/rioazul.pr.gov.br/uploads/licitacao/03-2019.pdf
RIO AZUL	Tipo do contrato: compras	Vigência 10/03/2020 - 09/03/2021	Valor ata registro de preços: R\$ 153.415,00	Registro de preços para contratação de sistema pedagógico de ensino para alunos e professores da rede municipal de ensino, educação infantil, incluindo os serviços e o fornecimento de material didático e de apoio para os alunos e para os professores e materiais paradidáticos para os pais, conforme cronograma previsto em calendário escolar, incluindo todas as atividades necessárias compatíveis com a proposta pedagógica aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases que deverá ocorrer durante o ano letivo de 2020, com formação de professores e gestores escolares.	http://rioazul.pr.gov.br/uploads/licitacao/PG-12-2020.pdf



GUAMIRANGA	Tipo do Ato: Contrato/ Prestação de Serviços	Vigência 10/02/2017-31/12/2017 Vigência Atualizada 31/12/2018	Valor Contrato R\$ 59.946,00 Valor Aditivo R\$ 80.025,00	Contratação de pessoa jurídica de direito privado, visando à prestação de serviços e fornecimento de materiais didáticos necessário à implantação de um Sistema de Ensino compatível com a política pedagógica solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, conforme especificações, exigências, necessidades e descrições constantes no anexo I, para o atendimento de alunos da Educação Infantil 3, 4 e 5 da Rede Pública de Ensino.	http://45.167.4.146:8081/portaltransparencia/contratos/detalhes?entidade=1&exercicio=2017&contrato=3
------------	--	--	---	--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras².

Com esses dados, observamos que o SEFE atua na Mesorregião Sudeste do Paraná prioritariamente na Educação Infantil. Este dado vai ao encontro das pesquisas de Peroni (2018a, p. 100), as quais demonstram “que, no Brasil, o processo de privatização do público ocorre tanto através da direção como da execução, ou de ambas”. Direção no sentido de o empresariado influenciar o Governo Federal na agenda educacional, também na venda de materiais voltados à educação, e a execução, por meio da expansão da oferta via terceiro setor, em diferentes ações e programas. Em relação às ações, tanto de direção como de execução, a autora aponta que, quando ocorre via execução e direção, as “instituições privadas definem o conteúdo da educação e executam sua proposta através da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado” (PERONI, 2018a, p. 100).

Nessa perspectiva, cria-se o imaginário midiático de que o setor privado é eficiente, ao contrário do público, visto como ineficiente. Tal argumento leva muitos sujeitos a defenderem os processos de privatização, sem ao menos ter clareza que essa ação contribui para a efetivação dos interesses empresariais, e não da classe trabalhadora.

Em alguns casos, o setor público compra os sistemas de ensino com recursos próprios, em outros recebe recursos de outras esferas governamentais para viabilizar a tal aquisição. De qualquer maneira, submete e envolve toda a rede de ensino ou escolas em particular a uma proposta elaborada por segmentos não vinculados à educação local os quais, em nome de uma maior competência técnica substituem o compromisso político da gestão pública

² A partir dos sites das prefeituras.



com a elaboração e o acompanhamento das políticas educacionais (ADRIÃO; PERONI, 2009, p. 111).

Nesse sentido, o setor público gasta recursos públicos para comprar soluções privadas que se dizem eficientes. Nilda Alves (2018) tem chamado esse movimento de *apostilagem dos processos pedagógicos*, em que as soluções mais rápidas e fáceis para a educação não são buscadas nas universidades, mas em fundações privadas, que são procuradas por gestores públicos para melhorar os resultados educacionais das avaliações externas.

Nesse sentido, como aponta Adrião (2018, p. 24-25),

[...] o enfiamento aos processos de privatização da educação, globalmente verificados, exige contraposições em âmbito global. Entretanto, essas contraposições se materializam na produção de evidências empíricas localmente produzidas e produção de respostas a políticas e programas localmente.

Sendo assim, a pesquisa em tela possui esse movimento de contraposição às privatizações educacionais a partir de evidências empíricas locais. Como visto, esse contexto surge no bojo do paradigma neoliberal, em que se indica a institucionalização da publicização do público e o aprofundamento da relação entre o âmbito público e o privado na condução das políticas públicas.

4 CONCLUSÃO

A partir do objetivo da pesquisa, que foi discutir a atuação de agentes privados nas redes públicas municipais da Mesorregião Sudeste do Estado do Paraná, observamos que são 17 iniciativas realizadas por 08 agentes privados que atuam em diversas frentes na Mesorregião supracitada. Essa atuação acontece por meio de prestação de serviços, oferta de materiais didáticos e pedagógicos, capacitação para professores, gestores e pais, ou até mesmo pela disponibilização de sistemas de ensino.

De acordo com esta identificação, acreditamos que essa atuação está em consonância com o sistema neoliberal e mercadológico vigente no seio social. Nesse sistema, emergem o discurso progressista e leis que legitimam os *benefícios* que se



esperam do mercado e da concorrência, também levados para o domínio da escola. Essa concepção leva a entender o âmbito educacional como uma empresa em situação de concorrência.

Nesta direção, emerge a influência do âmbito empresarial mercadológico na implementação das políticas educacionais, com a indicação de aspectos neoliberais, como concorrência, eficiência, meritocracia e resultados medidos em avaliações. Desta forma, o pensamento pedagógico é inundado pelo paradigma empresarial e por controles de toda a natureza.

Assim, compreendemos como necessária a revelação e ampla divulgação dos processos de privatização no campo educacional, principalmente os realizados na esfera municipal, a fim de denunciar esses processos, e concomitantemente valorizar o serviço público. Nos limites da discussão aqui apresentada, salientamos a necessidade de investigação dessa temática e aprofundamento em pesquisas nesse âmbito.

KELLY LETICIA DA SILVA SAKATA

Doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão em Educação (UNICENTRO/I). Coordenadora pedagógica da equipe de formação continuada do Departamento de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Araucária no Paraná.

GRACIELE LIPSUH

Mestre pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão em Educação (UNICENTRO/I). Professora atuante na Rede Pública Municipal de Irati no Paraná.

MICHELLE FERNANDES LIMA

Doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão em Educação (UNICENTRO/I).

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.



ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Retratos da Escola*, Brasília, DF, n. 3, p. 107-116, 2009.

ALVES, N. PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cotidianos das escolas: relações possíveis? In: AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. (Orgs). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

ARAUJO, G. C. de. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de cooperação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-RBPAE*, v. 28, n. 2, p. 515-531 mai/ago. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/37419/24160>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BONAMINO, A. M. C. O público e o privado na educação brasileira inovações e tendências a partir dos anos de 1980. *Revista brasileira de história da educação*. n. 5, p. 253-276, jan./jun. 2012.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996*. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, 13 set. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998*. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1998/emendaconstitucional-19-4-junho-1998-372816-exposicaodemotivos-148914-pl.html>. Acesso em: 06 jan. 2021.



BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.637/1998*, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9637&ano=1998&ato=395ATUE1EeNpWTea5>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.608/1998*, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.790*, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Lei nº 11.079*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto nº 6.094*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer nº 9*, de 30 de agosto de 2011. Análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação, 2011. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Lei nº 13.019*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e

altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Receita Federal - *Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral*, 2020. Disponível em: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp. Acesso em: 30 jan. 2021.

COMERLATTO, L. P. A relação público – privada: a promessa “salvacionista” do Instituto Ayrton Senna (IAS) para a educação brasileira. In: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de; KADER, C. R. (Orgs). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. *Parcerias na administração pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, Parceria Público-Privada e outras Formas*. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A, 2015.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Perfil da Sudeste paranaense*. 2020. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=709&bt. Acesso em: 28 ago.2020.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de; KADER, C. R. (Orgs.). *Redefinições das Fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. São Leopoldo: Oikos, 2018a.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018b.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privadas na governança global da educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, dezembro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 ago. 2020.

SAKATA, K. L. S. *Programa Gestão para a aprendizagem: a atuação da Fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação*. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

SAKATA, K. L. S.; LIMA, M. F. As parcerias público-privadas: reflexões sobre o conceito de hegemonia no contexto das políticas educacionais municipais. *Roteiro*, v. 45, p. 1-24, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21332>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SARMENTO, D. C. Criação dos sistemas municipais de ensino. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 93, p. 1363-1390, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27285.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2021.

SAVIANI, D. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, Capital e Educação: Reflexões sobre hegemonia e Redes de Governança. *Revista Educação e Fronteiras*, Dourados/MS, v. 4, n. 11, p. 21-38, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SOARES, M. A. S. *A descentralização do ensino no Brasil e a implementação dos sistemas municipais de ensino: Razões e determinações*. 2005, 286f. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. 2005. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/5873/marcos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 jan. 2021.

VIEGAS, E. R. S. *O mercado da formação continuada de professores no Brasil: a presença do empresariamento social privado*. 2019. 318f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2019.

WATHIER, V. P.; GUIMARÃES-IOSIF, R. As múltiplas faces da governança no financiamento da educação: relações entre o TCU e a OCDE. Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília/DF – Brasil. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67756>. Acesso em: 05 dez. 2022.

Recebido em: 13/03/2021.

Aprovado em: 08/09/2021